



REUNIÃO DA CÂMARA

ORD.X

EXT.

N.º 8

21-04-2014

ORDEM DO DIA:

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 07 de abril de 2014.

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

- 1.1 - Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas referente ao Exercício de 2013.
- 1.2 - Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de 2013.

Sobral de Monte Agraço, 16 de abril de 2014

O Presidente da Câmara Municipal,

José Alberto Quintino, Eng.º

Ata n.º 8

**Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia vinte e um de abril de dois mil e catorze**

Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e catorze, nesta Vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, Senhor José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Pedro Miguel da Silva Coelho dos Santos, Sérgio Paulo de Campos Bogalho, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Ana Patrícia Duarte Vitorino. Também esteve presente Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite, Coordenadora Técnica da Secção Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretário. _____

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram dezoito horas e quinze minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Um. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número **setenta e cinco** de quinta-feira, cujo total de disponibilidades é de **quatrocentos e cinquenta e sete mil seiscentos e sessenta e três euros e dez cêntimos** sendo **duzentos e sessenta mil seiscentos e seis euros e cinquenta e dois cêntimos** de operações orçamentais e **cento e noventa e sete mil cinquenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos** de operações não orçamentais. _____

Dois. Foi apresentada uma moção pelo Senhor Vice – Presidente (CDU), alusiva aos quarenta anos da revolução de abril. _____

“MOÇÃO _____

40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974 _____

Comemoramos este ano o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional. _____

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. _____

40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais. _____

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses. _____

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais despudorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril. _____

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. _____

Com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro de 1976, o Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. _____

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. _____

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República. _____

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal reunida a 21/04/2014, delibere: _____

Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e os portugueses. _____

Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações dos 40 anos de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações. _____

Que se dê conhecimento da presente Moção à população, através de edital a afixar nos locais de estilo e no portal do Município na Internet. _____

Sobral de Monte Agraço, 21 de Abril de 2014 _____

Os eleitos da CDU na Câmara Municipal.” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e um contra da Coligação “Juntos pela Nossa Terra”, aprovar a moção alusiva aos quarenta anos da revolução de abril apresentada pelos eleitos da CDU na Câmara Municipal. _____

Três. O Senhor Vice – Presidente (CDU), apresentou um voto de pesar pelo falecimento da acordeonista Eugénia Lima. _____

“Voto de Pesar pelo Falecimento da Acordeonista Eugénia Lima _____

Eugénia Lima faleceu no passado dia 4 de Abril, foi considerada a melhor acordeonista do País e uma das melhores do mundo. _____

Compôs ao longo da sua vida mais de 200 melodias e muitos arranjos de músicas famosas, gravou mais de 50 discos. _____

Iniciou-se no acordeão aos 4 anos de idade, sofreu restrições impostas pelo regime salazarista. Actuou em muitas salas por todo o mundo com enormes êxitos, onde recebeu prémios em vários concursos. _____

Eugénia Lima era diplomada com o Curso Superior de Acordeão na Categoria de Professora, pelo Conservatório de Acordeão de Paris. _____

Foi agraciada por Presidentes da Republica depois do 25 de Abril de 1974. _____

Era uma mulher excepcional, e uma música de eleição que está nos manuais de ensino do acordeão em Portugal e em muitos outros Países. _____

Passou pelo Concelho de Sobral de Monte Agraço, uma boa parte da sua vida, onde actuou em vários locais das nossas Freguesias durante décadas. _____

Deixou muitos amigos e colegas de acordeão, era uma pessoa muito querida pela nossa população pela sua humildade e sinceridade. _____

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal reunida a 21/04/2014, delibere aprovar este voto de pesar e enviar à família enlutada os sentidos pêsames. _____

Sobral de Monte Agraço, 21 de Abril de 2014 _____

Os eleitos da CDU na Câmara Municipal.” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento da acordeonista Eugénia Lima. _____

Quatro. O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos apresentou uma moção evocativa ao 25 de Abril de 1974, que a seguir se transcreve: _____

“Moção evocativa do 25 de abril de 1974 _____

Se há um dia que representa, na nossa história, a força de um povo, esse dia é o 25 de abril de 1974. Passam já 40 anos, mas a coragem de um grupo de militares e a vontade de mudança de um povo não estão ainda esquecidos. Nem poderiam estar! _____

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada. Nesse dia, Portugal abriu caminho para a concretização do Serviço Nacional de Saúde. _____

Nesse dia, Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal uma afirmação de **Liberdade**. Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à educação pública passou a ser um dos pilares fundamentais de **Igualdade**. _____

Nesse dia, Portugal pôde também iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da **Fraternidade**. Muitas outras áreas poderiam ser referidas, mas o mais importante, à laia de resumo, é que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a denominada “Revolução dos Cravos” é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer. _____

Muito poderia agora ser referido sobre a reforma como as políticas do atual Governo, da maioria PPD-PSD e CDS-PP, estão a colocar em causa muitas das conquistas de abril. Mas porque o momento é de celebração, deixemos esse facto de lado por ora, pois a história se encarregará de julgar os responsáveis por um retrocesso civilizacional e social sem precedentes na nossa história. _____

Importa, isso sim, enaltecer uma vez mais todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer “basta!” a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses. _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, saúda todos estes homens e mulheres que tomaram possível que hoje vivamos num clima de liberdade. Todas as palavras que possamos escolher poderão não ser suficientemente brilhantes para descrever a importância daquele dia, pelo que nada como usar aqui as palavras de um dos Grandes da nossa poesia, o poeta **Manuel Alegre**, com o seu poema “Abril de Abril”:

“Era um Abril de amigo Abril de trigo _____

Abril de trevo e trégua e vinho de húmus _____

Abril de novos ritmos novos rumos. _____

Era uma Abril comigo Abril contigo _____

ainda só ardor e sem ardil _____

Abril sem adjectivo Abril de Abril. _____

Era um Abril na praça Abril de massas _____
era um Abril na rua Abril a rodos _____
Abril de sol que nasce para todos. _____
Abril de vinho e sonho em nossas taças _____
era um Abril de clava Abril em acto _____
em mil novecentos e setenta e quatro. _____
Era um Abril viril Abril tão bravo _____
Abril de boca a abrir-se Abril palavra _____
esse Abril em que Abril se libertava. _____
Era um Abril de clava Abril de cravo _____
Abril de mão na mão e sem fantasmas _____
esse Abril em que Abril floriu nas armas.” _____
Viva o 25 de abril! _____

Sobral de Monte Agraço, 21 de abril de 2014 _____

Desta moção será dado conhecimento: _____
À população, através de Edital a disponibilizar nos edifícios da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e locais públicos de divulgação habitual, e na página na Internet da autarquia; _____

Pedro Coelho dos Santos _____
Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e um contra da Coligação “Juntos pela Nossa Terra”, aprovar a moção evocativa do 25 de abril de 1974, apresentada pelo Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista. _____

O Senhor Vereador Joaquim Biencard Cruz disse que relativamente às moções apresentadas sobre o 25 de Abril, tinha votado contra simplesmente por uma questão de substância, pois, na sua opinião, o 25 de Abril é uma data que não é só de alguns, é uma data de todos os que se assumem como verdadeiramente democratas. É uma data de todos, é uma data de tolerância e de aprofundamento das vivências democratas, não de intolerância ou de aproveitamentos políticos. _____

Cinco. Foi apresentada, pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos (PS), uma moção de censura ao Governo. _____

“Moção de Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais _____

O Poder Local é hoje um dos verdadeiros pilares da democracia portuguesa, tendo-se afirmado nas últimas décadas como um verdadeiro exemplo de desenvolvimento de políticas de

proximidade para com a população portuguesa. As autarquias, nas suas diversas formas – municípios e freguesias – apresentam um profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do país real, dos seus munícipes e fregueses, das portuguesas e portugueses que constituem o tecido social do país. _____

Emergindo como uma das conquistas da revolução de abril de 1974, as autarquias efetuaram um caminho seguro de crescente autonomia, com uma gestão dos recursos que lhe estão afetos que é a esmagadora maioria das vezes mais eficaz e eficiente que a gestão do Governo da república e dos serviços centrais do Estado. Para além disso, as autarquias vêm-se quotidianamente na necessidade de assumir de facto aquelas que seriam as obrigações do Governo e dos seus serviços, sem a devida compensação, garantindo assim que a população não se vê privada de serviços e apoios sociais, muitas vezes essenciais, a que têm direito. ____

O atual Governo, da responsabilidade do PPD-PSD e do CDS-PP, em funções desde 2011, tem revelado uma postura de autêntico ataque e afronta ao Poder Local, procurando limitar a sua autonomia, manietar a sua capacidade de atuação e diabolizar o seu papel. A atual crise económica e financeira que se vive em Portugal não pode justificar esta atitude do atual Governo face ao Poder Local. _____

Apenas três exemplos recentes deste verdadeiro ataque do atual Governo, e dos Partidos Políticos que o suportam, às competências e autonomias do Poder Local e de serviços com forte impacto na vida dos munícipes: _____

1 – O Orçamento de Estado para 2014, atualmente em vigor, reduziu em 107.537.557 euros (cento e sete milhões de euros, resumidamente) as verbas a transferir para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do país, face ao ano anterior. _____

Em 2013 a dívida das autarquias representava apenas 3,6% do total da dívida total nacional. ____
O montante da dívida das autarquias tem apresentado nos últimos anos uma trajetória descendente, ao contrário daquilo que acontece com a dívida gerada pelo Estado Central. ____

Cai assim por terra a teoria governamental de que as autarquias são geradoras de má despesa e de dívidas. Os números não enganam e a realidade é que o Poder Local consegue melhores resultados do que o Estado Central com os recursos que lhe são afetos. _____

2 – O novo estatuto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovado pela maioria PPD-PSD e do CDS-PP e já em vigor, prevê que esta Entidade possa emitir instruções vinculativas quanto às tarifas a praticar, o que representa uma grave e flagrante violação da autonomia das autarquias locais. _____

Esta medida transforma as câmaras em meras entidades cobradoras de faturas, sendo possível antecipar um encarecer das faturas a pagar pelos cidadãos pelo fornecimento de água e tratamento de resíduos. Ao invés de dotar a ERSAR de funções verdadeiramente reguladoras

deste importante setor, o caminho seguido pelo Governo insiste uma vez mais em manietar as autarquias naquelas que são algumas das suas competências. _____

3 – O Governo aprovou, em reunião do Conselho de Ministros do passado dia 30 de janeiro, a privatização da Empresa Geral do Fomento, sub-holding do grupo Águas de Portugal para o setor dos resíduos. Esta privatização deverá estar concluída no final do primeiro semestre do próximo ano, preparando-se o Governo para privatizar uma empresa que dá lucro, funciona bem e ganhou a confiança dos portugueses. _____

Pela importância estratégica da gestão dos resíduos, a gestão desta empresa deveria manter-se dentro do setor público, enquanto garante da salvaguarda do interesse público. De igual modo, tanto quanto é possível antecipar em função da estratégia que vem sendo seguida pelo Governo, este é o primeiro passo para futuras privatizações neste domínio, sendo que a prazo o objetivo do lucro irá sobrepor-se à qualidade deste serviço público prestado aos portugueses. Face a tudo isto, importa denunciar e dar a conhecer à população este verdadeiro ataque do Governo, do PPD-PSD e do CDS-PP, às autarquias locais. Não satisfeito com o empobrecimento do país e dos portugueses, o Governo quer agora empobrecer também a capacidade de atuação das autarquias. _____

A breve trecho a população portuguesa vai começar a sentir nas suas vidas o impacto destas atitudes e decisões do Governo, sendo obrigação dos autarcas condenar veementemente esta estratégia. Por esse motivo, o Partido Socialista propõe a aprovação desta Moção de Censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais. _____

Desta moção será dado conhecimento: _____

À população, através de Edital a disponibilizar nos edifícios da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e locais públicos de divulgação habitual, e na página na Internet da autarquia; _____

Sobral de Monte Agraço, 21 de abril de 2014 _____

Pedro Coelho dos Santos _____

Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista” _____

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que iria votar contra a moção apresentada pelo PS. No entanto, e apesar do seu sentido de voto, gostaria de salientar um aspeto focado na mesma e com o qual está plenamente de acordo. De facto, as Autarquias Locais são os órgãos do poder mais próximos dos cidadãos, são quem melhor conhece as realidades e as necessidades concretas de cada população. Ainda a este propósito e lançando mão de uma frase muito utilizada nos tempos do Governo do Professor Cavaco Silva: “*mais vale um escudo numa Autarquia, do que dez escudos no Poder Central*”, disse que a mesma continuava muito atual, porque uma Freguesia ou um Município, com os recursos de que vai dispondo, consegue

disponibilizar um vasto conjunto de serviços e apoiar a sua população, garantindo-lhes melhores condições e melhor qualidade de vida. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e um contra da Coligação “Juntos pela Nossa Terra”, aprovar a moção de censura ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais, apresentada pelo Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista. _____

I

APROVAÇÃO DE ATAS

Um. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em sete de abril de dois mil e catorze _____

O assunto foi retirado da Ordem do Dia. _____

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

UM. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

Um.um – Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas referente ao Exercício de dois mil e treze _____

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta: _____

Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas referente ao Exercício de dois mil e treze _____

Considerando que: _____

- a) Nos termos do disposto na alínea j) do número um do artigo trigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, compete ao Presidente da Câmara submeter à aprovação da Câmara Municipal e à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas; _____
- b) Nos termos da alínea i) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo; _____
- c) Nos termos da alínea ww) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, compete à Câmara Municipal remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da Lei, as contas do Município. _____

Propõe-se que: _____

Um - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, aprove, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, os documentos de prestação de contas anexos à presente proposta, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

Dois - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas anexos à presente proposta da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, de acordo com o estipulado na alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

Três - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea ww) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da Lei, as contas do Município. _____

Sobral de Monte Agraço, dez de abril de dois mil e treze _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro" _____

No âmbito da proposta apresentada, o Senhor Presidente efetuou a intervenção que a seguir se transcreve: _____

"Prestação de Contas" _____

O presente relatório reporta-se ao exercício económico e financeiro respeitante ao ano de 2013. Assim, neste documento descreve-se e sintetiza-se a atividade desenvolvida do Município de Sobral de Monte Agraço no ano transato. _____

A análise a um documento de gestão autárquica não poderá ser dissociada do contexto de acentuada crise económica e social do país. Não obstante as dificuldades crescentes, que se têm feito sentir na vida das autarquias locais, a Câmara Municipal não se tem alheado da difícil e problemática situação em que as famílias se encontram, desenvolvendo um trabalho junto dos grupos mais vulneráveis, concretizado com medidas ajustadas à nossa realidade, de forma discreta e eficaz. _____

No ano de 2013, apesar de todas as condicionantes, foi ainda possível investir em importantes infraestruturas para o Concelho. _____

- Grande intervenção na Escola EB 1 - Pero Negro _____
- 1ª fase da construção de "Edifício Multisserviços – Casa Mortuária" _____
- Reparação e repavimentação (parcial) da Estrada Seramena/Vermões _____
- Repavimentação da Estrada de Chã / Fetais _____
- Continuação da implementação do "Plano de Acessibilidades da Vila" _____

- *Requalificação urbanística do cruzamento de Pontes de Monfalim* _____
- *Prolongamento de coletores de águas pluviais, designadamente, na Av. das Linhas de Torres e prolongamento da rede na Rua dos Combatentes da Pátria* _____

Em 2013 iniciaram-se os trabalhos preparatórios do novo PDM, tendo sido elaborado o Relatório de Fundamentação da Revisão do Plano Diretor Municipal, um importante instrumento de planeamento e ordenamento do território, fundamental na estratégia de desenvolvimento do Concelho. _____

No ano de 2013, apesar dos significativos cortes por parte da Administração Central, por um lado e o pagamento tardio de algumas verbas protocoladas, por outro, o Município manteve a Educação como uma área privilegiada de atuação, mantendo o nível de apoio às famílias, que nalguns casos foi reforçado. Ex: _____

AECS no 1º ciclo; adaptação ao meio aquático (pré-escolar); duas centenas e meia de crianças apoiadas através da ação social escolar; serviço de terapia da fala e psicologia, entre outras medidas de apoio às famílias. _____

Na cultura: _____

- *O CILT contou com 2000 visitantes;* _____
- *45 visitas guiadas ao circuito de Alqueidão, que envolveram 1500 visitantes;* _____
- *A Biblioteca conta com mais de 4000 leitores inscritos, tendo-se realizado, no ano de 2013, 25 000 atendimentos e mais de 11 000 empréstimos de documentos;* _____
- *O cine teatro contou com 57 eventos nos quais participaram 6500 espectadores;* _____

Na intervenção social colaborámos e mantivemos ativos diversos projetos: _____

- *Apoio aos Cuidados Continuados;* _____
- *PCAAC- programa de apoio alimentar a carenciados, passando o Município a ser um pólo receptor;* _____
- *Loja solidária;* _____
- *Cartão Sobral Sénior;* _____
- *Clube Sobral Sénior Ativo;* _____
- *Banco Local de Voluntariado;* _____
- *Rede Social;* _____
- *Gabinete de Inserção Profissional (8 000 atendimentos)* _____

Foram enunciados alguns exemplos da componente de serviço público que, no âmbito da sua intervenção, o Município presta à população. _____

Numa análise aos documentos de prestação de contas, há a tentação de se enveredar por uma perspetiva assente numa lógica puramente empresarial de receita vs despesa. _____



Este tipo de análise deturpa a nobre missão do trabalho desenvolvido por uma autarquia local, uma vez que a prossecução da defesa do interesse público não é mensurável.

No que diz respeito aos números, salienta-se: _____

Execução Orçamental _____

Quanto à execução orçamental, apesar do exercício económico de 2013 ficar marcado por uma continuada política de austeridade, com forte impacto nas receitas municipais, salientamos, o grau de execução orçamental da receita, que se situou nos 88,06%, e o grau de execução orçamental da despesa, que atingiu os 86,34%. _____

Acresce que, no que respeita às receitas, verificamos que a taxa de execução das receitas correntes foi de 89,61% e as receitas de capital 78,63%. _____

Por outro lado, no que respeita à despesa, verifica-se que a despesa corrente apresenta um grau de execução de 90,51% e a despesa de capital, uma execução ligeiramente mais baixa, na ordem dos 63,29%. _____

Estes números revelam, por um lado, uma boa execução orçamental durante o exercício económico em análise e, por outro lado, o rigor adotado aquando da elaboração dos documentos previsionais. _____

Endividamento do Município _____

Relativamente ao endividamento líquido do Município para 2013, o limite foi estabelecido, em 2011, por um artefacto administrativo, muito abaixo daquele que resulta da aplicação da Lei das Finanças Locais. _____

A título de exemplo, no decorrer do exercício de 2011, passámos de um limite de endividamento de 5.870.000 € – cinco milhões oitocentos e setenta mil euros -, fixado de acordo com a Lei das Finanças Locais para o montante de 2.390.250 € - dois milhões trezentos e noventa mil duzentos e cinquenta euros (MAPA DGAL). Em 2013, o montante de endividamento pela Lei das Finanças Locais em vigor era de 4.804.987,00€, sendo que pelas novas regras decorrentes da Lei do Orçamento de Estado, o montante estabelecido pelas DGAL era de 3.222.741,00€ (três milhões, duzentos e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e um euros). _____

Mesmo com esta limitação, certo é que o Município que começou o ano em excesso de endividamento (cerca de 200.000,00€), termina o ano com uma margem de endividamento de 218.000,00€. _____

Por último e ainda relativamente ao endividamento importa salientar que durante o ano de 2013 não foi contratado qualquer empréstimo de médio/longo prazo ou qualquer empréstimo de curto prazo. _____

Resultado líquido do exercício _____

Torna-se pertinente a abordagem desta temática que de forma recorrente é confundida com prejuízo e por essa razão continua a ser amplamente debatida (nem sempre com o rigor que merece). _____

Importa tecer uma breve explanação quanto ao **Resultado Líquido do Exercício** que, no ano de 2013, apresenta um valor de 1.222.127,00€ (um milhão, duzentos e vinte e dois mil, cento e vinte e sete euros), devendo-se este resultado, essencialmente, ao elevado peso das **amortizações do exercício**, cujo valor ascendeu a cerca de 2.578.143,00€ (dois milhões e quinhentos e setenta e oito mil, cento e quarenta e três euros), decorrente do cumprimento, por parte da Autarquia, do estipulado no POCAL relativamente à inventariação de património. **De salientar que o resultado líquido sem amortizações e provisões seria de 1.364.051 (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e um euros) positivos.** _____

Certo é que as amortizações do exercício influenciam decisivamente o montante do resultado contabilístico do Município. _____

Efetivamente, se as mesmas não fossem contabilizadas como custos, o resultado seria positivo. _____

Importa referir, no entanto, que as amortizações não correspondem a saídas de fundos do Município durante o exercício. _____

Trata-se duma técnica contabilística que pretende medir a perda de valor ocorrida em cada período por parte dos bens e equipamentos de duração plurianual, devido ao respetivo uso, fruição e funcionamento no âmbito da função que lhes está atribuída nas atividades desenvolvidas pelo Município. _____

É assim evidente que não existe qualquer incompatibilidade entre a apresentação em simultâneo duma execução orçamental equilibrada (confronto entre receitas cobradas e despesas pagas) e de um prejuízo contabilístico referente ao mesmo período. _____

Acresce ainda que a referida técnica contabilística de imputação a cada período da perda de valor dos bens e equipamentos se baseia na utilização de estimativas, nomeadamente quanto ao número de anos durante os quais cada item é suscetível de utilização. _____

No âmbito do POCAL a referida estimativa é substituída pela aplicação das taxas de amortização previstas no CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), as quais poderão não se adequar ao efetivo prazo de utilização de cada item em concreto, o que não sucede tão infrequentemente quanto isso. _____

Conclusão _____

Para concluir, não podemos deixar de referir que os resultados aqui apresentados, embora aquém do que desejaríamos, refletem o trabalho desenvolvido durante o ano transato e o rigor que caracterizou a gestão municipal. _____

Sobral de Monte Agraço, 21 de abril de 2014 _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Eng.º _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos começou a sua intervenção dizendo que os documentos apresentados refletiam, em termos numéricos, o exercício do ano de dois mil e treze, salientando, no entanto, que o atual mandato tinha tido o seu início apenas no mês de outubro, ou seja, os documentos apenas refletiam três meses de exercício do presente executivo. Assim, disse que os documentos em aprovação espelhavam as opções políticas tomadas pela força política majoritária do executivo, tendo referido que estava totalmente de acordo e solidário com as palavras do Senhor Presidente, quando este referiu que tinha sido um ano muito difícil devido às limitações impostas pelo Governo. Continuou dizendo que, em sua opinião, não fazia sentido discutir as opções políticas adotadas, pois elas eram legítimas e quanto aos números apresentados, não tinha motivos para duvidar dos mesmos. Apesar das considerações atrás tecidas, disse que o seu sentido de voto estaria condicionado por uma questão que, aliás, já havia sido discutida e que vem refletida no parecer dos Revisores Oficiais de Contas, prendendo-se esta com a questão das obras que ainda não se encontram concluídas definitivamente, quer fisicamente, quer financeiramente. No decorrer do período pré – eleitoral, o anterior executivo avançou com um conjunto de obras, cujos valores foram repartidos pelo orçamento em execução e pelo orçamento seguinte, situação com a qual não pode concordar. _____

O Senhor Presidente informou que a reserva efetuada pelo Revisor Oficial de Contas, nada tinha a ver com as obras iniciadas no período de pré-eleitoral, como dizia o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos na sua intervenção. Na verdade, esta reserva, dizia respeito a obras já concluídas no ano de dois mil e treze, mas cujas receções definitivas só se tinham verificado no presente ano. _____

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, começou a sua intervenção dizendo que gostaria que ficasse registado em ata o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelos técnicos da Autarquia na elaboração dos documentos apresentados. Disse que estes documentos são muito trabalhosos e, por isso, felicitava, na pessoa da Doutora Manuela Castro, os serviços técnicos que, sob sua orientação, souberam elaborá-los e remetê-los atempadamente a todos os membros do executivo para que estes pudessem proceder à respetiva análise. Continuando a sua intervenção disse que as contas do Município e os demais documentos a elas associados refletem, desde logo, as opções políticas adotadas pela força majoritária deste executivo camarário. Referiu que estava solidário com os anteriores executivos que tinham conseguido efetuar um conjunto de ações que tiveram como objetivo maior uma melhoria considerável da qualidade de vida da população do nosso Concelho. No que concerne aos

documentos em apreciação, salientou a reserva efetuada pelos Revisores Oficiais de Contas, pois apesar de haver uma justificação para a mesma, o certo é que era uma reserva. Evidenciou alguns pontos do documento, nomeadamente, a evolução dos pagamentos a fornecedores; o empréstimo do PAEL, que apesar dos constrangimentos financeiros impostos foi um auxílio promovido pelo Governo à Autarquia do Sobral de Monte Agraço para diminuir os prazos de pagamento a fornecedores que atingiam elevados valores; o número de faturas em receção e conferências e a evolução positiva de pagamentos a instituições de crédito. No que diz respeito à demonstração de resultados, disse que apesar de se poder verificar uma melhoria, a situação continuava a ser cronicamente negativa. Salientou, também, os indicadores referentes à gestão de receitas próprias; à aquisição de bens e despesas de capital, tendo, ao mesmo tempo, referido as dívidas a terceiros e o elevado percentual relativamente ao endividamento municipal, pois embora não se esteja já em situação de excesso de endividamento, certo é que a Autarquia, apenas, ficou aquém do valor estipulado pela DGAL, em cerca de dez mil euros. Por fim, referiu a percentagem referente à execução orçamental, o passivo de curto prazo, bem como, os valores arrecadados com alguns impostos, nomeadamente, IMI e Derrama que afinal foram mais elevados do que se esperava na reunião sobre o tema no ano transato, impostos esses que as suas taxas são da responsabilidade do executivo e não do Governo. Finalmente, disse que iria votar contra. _____

O Senhor Presidente, na sequência das palavras do Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, disse que poderíamos entender o empréstimo obtido através do PAEL, por dois prismas, isto é, por um lado o empréstimo foi positivo, pois serviu para podermos saldar a dívida que tínhamos à Águas do Oeste, no entanto, por outro lado, este empréstimo veio contribuir para o endividamento de médio e longo prazo, uma vez que o seu pagamento vai prolongar-se no tempo. _____

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, disse que existiam Autarquias semelhantes na sua estrutura e com os mesmos constrangimentos que a nossa, mas que no fim do exercício de dois mil e treze, conseguiram apresentar um saldo realmente positivo. _____

O Senhor Presidente, na sequência das palavras do Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, disse que as comparações eram sempre perigosas. Sendo importante verificar os serviços que essas Autarquias prestavam às respetivas populações. No que diz respeito ao Concelho do Sobral, disse que a população parecia agradada, tendo referido que isso era o que realmente importava, pois não se tratava aqui de aferir a rentabilidade de uma empresa, mas proporcionar a melhor qualidade de vida e bem-estar à população que servimos. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que não tinha dúvidas sobre a explicação prestada referente à reserva dos Revisores Oficiais de Contas. Disse que tinha efetuado uma

interpretação errada da situação, pelo que iria alterar o seu sentido de voto. Assim, disse que, ao invés de votar contra a proposta, iria abster-se, apenas pelo facto de o exercício de dois mil e treze contemplar só três meses de trabalho do presente executivo. De seguida, apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: _____

“ Declaração de Voto _____

Pedro Coelho dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, eleito pelo Partido Socialista, vem fazer a seguinte Declaração de Voto: _____

- Atendendo a que realizaram eleições autárquicas em setembro de 2013, dos doze meses de contas do exercício do ano anterior, apenas três são da responsabilidade do atual executivo, cuja tomada de posse ocorreu em outubro. Como tal, sendo um ano excepcional marcado pelas eleições autárquicas e que acaba como tal por ter reflexo na aprovação de contas de um anterior executivo pelo executivo que lhe sucedeu, a avaliação do Documento de Prestação de Contas apenas poderia ser parcial pelo atual Vereador do Partido Socialista. _____

O Vereador eleito pelo Partido Socialista vota como ABSTENÇÃO o Documento de Prestação de Contas referente ao exercício de 2013. _____

Sobral de Monte Agraço, 21 de abril de 2014. _____

Pedro Coelho dos Santos _____

Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista” _____

Ainda no âmbito da discussão e apreciação dos documentos de prestação de contas, o Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que, naturalmente, a população estaria sempre em primeiro lugar, pelo que uma Autarquia não poderia ser equiparada a uma empresa. Acrescentou que, e como já havia referido, os documentos apresentados são políticos, espelham uma determinada opção de gestão, pelo que a visão de cada membro deste executivo será, evidentemente, diferente de membro para membro, devendo, por isso mesmo, promover-se o respeito democrático entre todos, pois cada um tinha a sua opinião política. Refere, ainda, que os resultados negativos de uma Câmara Municipal serão pagos por impostos por toda a população, daí a necessidade criteriosa e responsável da gestão pública, algo que infelizmente não aconteceu e levou à atual situação da crise da dívida soberana do estado português perante os seus credores internacionais. _____

O Senhor Presidente disse que o Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, tinha enumerado os pontos fulcrais dos documentos em apreciação. Como já havia sido referido nas anteriores intervenções, os documentos em apreciação espelham as opções da força política maioritária do executivo. Disse, ainda, que gostava que ficasse registada a dificuldade que se sente quando se abraçam determinadas causas, como é o caso do Poder Local, pois é cada vez mais difícil trabalhar com tão poucos recursos, quando as disponibilidades financeiras são cada

vez menores devido à diminuição das transferências do Estado e ao decréscimo acentuado nas receitas próprias do Município, de que são exemplo as provenientes das taxas relativas às obras e ao urbanismo. Por fim, agradeceu à equipa da DAF que elaborou os documentos apresentados, referindo que a elaboração dos mesmos implicava muito empenho e dedicação.

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com três votos a favor da CDU, uma abstenção do PS e um voto contra da Coligação “Juntos pela Nossa Terra”, aprovar, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, os documentos de prestação de contas anexos à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para os devidos e legais efeitos. _____

Mais deliberou, por unanimidade, submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas anexos à presente deliberação da qual faz parte integrante para os devidos e legais efeitos, de acordo com o estipulado na alínea l), do número dois, do artigo vigésimo quinto da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

Deliberou, ainda, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea ww) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da Lei, as contas do Município. _____

Um.dois – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação de dois mil e treze _____

O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta: _____

Estatuto do Direito de Oposição - Relatório de Avaliação de dois mil e treze _____

Considerando que: _____

- a) *A Lei número vinte e quatro barra noventa e oito, de vinte e seis de maio aprovou o Estatuto do Direito de Oposição que, no seu artigo primeiro, assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais;* _____
- b) *De acordo com o disposto no artigo segundo da Lei número vinte e quatro barra noventa e oito, de vinte e seis de maio, oposição é toda a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos supra referenciados;* _____
- c) *O artigo terceiro do Estatuto, elenca os titulares do direito de oposição, sendo que e no que às Autarquias Locais diz respeito, são titulares do direito de oposição os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assumia pelouros,*

poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas; _____

d) Para além destes titulares aqui citados, é também reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que como tal estejam representados em qualquer órgão autárquico; _____

e) Nos termos do artigo décimo do Estatuto, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se referam, um relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes do referido Estatuto; _____

f) Conforme estipula o Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos da alínea u) do número um do artigo trigésimo quinto da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foram elencadas, de forma genérica, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição. _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere, de acordo com o artigo décimo, número dois do Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos do disposto na alínea yy) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar o relatório de avaliação relativo a dois mil e treze. _____

Sobral de Monte Agraço, dezasseis de abril de dois mil e treze _____

O Presidente da Câmara Municipal, assinado, José Alberto Quintino, Engenheiro” _____

Ao apresentar a proposta e o respetivo relatório do estatuto do direito de oposição relativo ao ano de dois mil e treze, o Senhor Presidente formulou o desejo de que no atual mandato os procedimentos fossem semelhantes aos do anterior mandato, pois se atendermos, por exemplo aos dados relativos às reuniões da Câmara Municipal, em que a grande maioria das propostas foram aprovadas por unanimidade, é possível atestar as boas relações vividas no mandato anterior. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos apresentou a declaração de voto, que a seguir se transcreve: _____

“Declaração de Voto _____

Pedro Coelho dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, eleito pelo Partido Socialista, atendendo ao Relatório de Avaliação de 2013 relativo ao Estatuto do Direito de Oposição, submetido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, para avaliação e votação na reunião do órgão executivo do dia 21 de abril de 2014, vem fazer a seguinte Declaração de Voto: _____

1. Vem o relatório em questão elencar um conjunto de ações desenvolvidas pela Câmara Municipal para procurar demonstrar o respeito que a CDU, força maioritária no executivo municipal de Sobral de Monte Agraço tem pelas restantes forças políticas, às quais, recorde-se, não está atribuído qualquer pelouro. De entre essas ações, refere-se que “os titulares do direito de oposição do Município de Sobral de Monte Agraço foram sendo regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal”. _____

Em bom rigor, bastando para tal uma leitura da Ordem do Dia das reuniões da Câmara Municipal, a esmagadora maioria dos assuntos que constam da agenda das reuniões por imposição legal, pois cabe àquele órgão a sua avaliação e votação, podendo mesmo dizer-se que as reuniões do executivo realizam-se por um mero formalismo legal. Está mesmo o Vereador eleito pelo Partido Socialista em crer que não existisse essa obrigatoriedade e o órgão executivo nem sequer reuniria formalmente, tal é o entendimento que a CDU faz da gestão da autarquia: uma gestão do tipo “quero, posso e mando”, em que a oposição se quer mansa, desvirtuando-se as regras da democracia por uma usurpação total daquilo que é a maioria absoluta que lhe foi transmitida pelos eleitores nas eleições autárquicas de setembro de 2014. _____

Em bom rigor também, o Senhor Presidente da Câmara Municipal presta muitas das vezes a informação que no Relatório se refere a pedido dos vereadores dos partidos da oposição, os quais procuram inteirar-se dos principais problemas que afetam o Concelho e a gestão autárquica. Não posso, portanto, concordar com esta avaliação; _____

2. Afirmar-se também que “aos eleitos locais foram asseguradas a promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, através de afixação de editais nos lugares de estilo e publicitados na página eletrónica do Município” é revelador da atitude da CDU face aos autarcas das demais forças políticas. Quisesse o Senhor Presidente e demais vereadores com pelouros manter efetivamente informados os restantes membros do executivo e essas decisões de deliberações ser-lhes-iam dadas a conhecer de uma outra forma que não através da afixação de editais, pois quer a CDU queira ou não, os eleitos locais receberam um mandato dos eleitores, representam-nos nos vários órgãos autárquicos, e como tal deverão ter acesso à informação por via dedicada e não através de outras formas de comunicação; _____

3. Aliás, não pode deixar-se de colocar a seguinte questão: porque entendeu o Senhor Presidente, no início do seu atual mandato, dar a conhecer aos vereadores da oposição de algumas das suas deliberações (designação dos membros dos gabinetes de apoio político aos elementos do executivo com pelouros) e não o faz com todas? A resposta, arrisca-a o vereador

do Partido Socialista: porque há que dar a ideia que se governa com transparência, com abertura e com respeito pela oposição, quando na realidade a postura é, na opinião do vereador eleito pelo Partido socialista, completamente diferente; _____

4. Refere ainda o relatório em questão que “no âmbito do direito de participação, o Presidente da Câmara e os Vereadores com funções atribuídas, sempre providenciaram por, em tempo, remeter aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal as informações relevantes e os correspondentes convites a estarem presentes e/ou participarem nos atos, eventos e atividades oficiais que, pela sua natureza, se justificassem. As informações e convites respeitaram quer a acontecimentos promovidos pela Câmara Municipal, quer a outros em que o Município foi convidado a intervir”. _____

Nem sempre assim é, e aqui ficam alguns exemplos: _____

- o almoço de Natal promovido pelos Bombeiros Voluntários de Sobral de Monte Agraço, ocorrido em dezembro de 2013, de cuja realização o vereador eleito pelo Partido Socialista apenas teve conhecimento após a sua realização, já que o convite que lhe foi endereçado foi colocado na respetiva gaveta do móvel da sala de sessões, sem o cuidado prévio de um contato para informar que teria sido recebida correspondência que lhe era endereçada. _____

- a reunião com as coletividades do concelho, que teve lugar no início deste ano, na qual apenas estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal e vereadores com pelouros atribuídos. Uma vez mais, por muitas explicações que queiram ser dadas em sentido contrário, o objetivo é colocar ausentes de todo e qualquer fórum de discussão os vereadores da oposição. _____

- a cerimónia de atribuição, realizada no passado dia 22 de março, de 32 bolsas de estudo jovens do concelho que frequentam o ensino superior. Sendo bolsas atribuídas pela Câmara Municipal, todo o executivo deveria estar presente, e não apenas, uma vez mais, os ilustres autarcas da CDU. Também aqui o objetivo é claro: afastar a oposição de qualquer palco de contato com as associações do concelho, não vá esta aparecer incomodamente na fotografia; _

5. Refira-se ainda que, e tal deveria ser expressamente referido no Relatório em questão, apesar da insistência junto do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o vereador eleito pelo Partido Socialista não dispõe sequer de gabinete de trabalho. Passados já mais de seis meses desde a entrada em funções do atual executivo, é inadmissível que esta situação não esteja ainda resolvida, pois está assim criado um obstáculo real e objetivo para que o signatário desta Declaração de Voto possa assumir com melhores condições o mandato que lhe foi atribuído por quase um terço dos eleitores. _____

As promessas que têm sido feitas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal não passam disso mesmo: promessas, sendo que são já várias e a última passa por atribuir um gabinete de

trabalho fora do edifício dos Paços do Concelho, junto à copa dos funcionários da autarquia, quando esta vier a ser criada. Fica assim perfeitamente bem demonstrada a vontade do Senhor Presidente da Câmara Municipal em dar ao Vereador eleito pelo Partido Socialista as condições de trabalho que estão aliás previstas na legislação em vigor. _____

Bastava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal olhasse para as condições de trabalho que algumas das autarquias com gestão CDU dão aos vereadores da oposição para corar de vergonha. Sobral de Monte Agraço é, também neste particular, uma ilha; _____

Por tudo isto, não pode o Vereador eleito pelo Partido Socialista concordar com o Relatório submetido ao executivo. A realidade é bem diferente daquela pintada no documento em questão, pois apenas se procura dar a aparência de respeito à Oposição, quando na realidade a CDU mantém os tiques e a postura de total autoritarismo e absolutismo, gerindo a autárquica como se de um autêntico feudo se tratasse. _____

Como tal, o Vereador eleito pelo Partido Socialista vota contra o Relatório de Avaliação de 2013 relativo ao Estatuto do Direito de Oposição. _____

Agradeço que esta Declaração de Voto seja anexa ao Relatório em questão. _____

Sobral de Monte Agraço, 21 de abril de 2014. _____

Pedro Coelho dos Santos _____

Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista” _____

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que se iria abster de votar a proposta apresentada. _____

A Senhora Vereadora Patrícia Vitorino, na sequência das palavras proferidas pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, apresentou a seguinte declaração de voto: _____

“Gostaria de manifestar publicamente a minha indignação face às palavras do Sr. Vereador do PS, num outro órgão autárquico – Assembleia de Freguesia de Sapataria – roçando um ataque pessoal afirmando que eu, enquanto Vereadora, ludibriei as pessoas deste concelho no que concerne a 2 projectos – Qta Moita e Creche Sapataria –, que representam trabalho dos eleitos da CDU (como em tantos outros projectos), neste órgão autárquico e em outras autarquias locais, assim como de alguns parceiros de intervenção social, que trabalham em prol de projectos de interesse social, assim como representantes de outras entidades públicas que conosco trabalham nesta área. _____

Já não é a primeira vez que o faz, bem como já em outra situação afirmou o meu discurso como um discurso hipócrita. _____

O que imposta salientar é que os Municípios deste Concelho sabem o que podem esperar de mim e da equipa que integrei e por isso, as suas palavras, não merecem nunca mais atenção do que as manifestações refletidas num acto democrático, que é o voto, e que foi demonstrado

em setembro nas eleições autárquicas. Um acto que por si demonstrou a seriedade que caracteriza a equipa que integro e que responde a estas ofensas com trabalho, para aqueles que continuam a reconhecer nesta equipa como cumpridora do trabalho anunciado e meritória da nobre função de conduzir os destinos deste nosso concelho, que não é uma ilha, porque o Senhor de certeza não chegou cá de barco.” _____

O Senhor Presidente disse que tinha sido feito um esforço para integrar os Senhores Vereadores da oposição na vida autárquica. Disse que o trabalho efetuado pelo executivo era transparente, contrariamente àquilo que vinha sendo referido, nomeadamente pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos e por outros membros do partido que o Senhor Vereador representa. Disse, ainda, que nunca tinha havido qualquer intenção de deixar os Senhores Vereadores fora das decisões da Autarquia, contudo, em alguns atos de gestão corrente, como por exemplo a reunião havida com as associações do Concelho, não fazia sentido estarem presentes todos os Vereadores, sendo que a referida reunião foi agendada no âmbito das funções delegadas no Senhor Vice - Presidente. Referiu que também era dado conhecimento dos convites rececionados, desde que estes fossem extensivos à vereação e, no que concerne, à correspondência colocada nas gavetas dos Senhores Vereadores, disse que não tinha tempo para verificar se efetivamente toda a correspondência ali é colocada e se depois a mesma é levantada. _____

No que diz respeito ao gabinete para os Senhores Vereadores disse que na reunião de câmara anterior já tinha dado informação sobre o respetivo espaço, no entanto, informou que em quinze dias, não tinha sido possível concluir as obras necessárias à adaptação do local, mas que, dentro da próxima semana, já seria possível visitar o mesmo. Voltou a referir que efetivamente tinha havido um esforço no sentido de integrar os Senhores Vereadores da oposição, lamentando que o mesmo não tivesse sido reconhecido. Referindo-se à intervenção do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, designadamente quando se dirigiu à Senhora Vereadora Patrícia Vitorino, disse que a mesma não lhe pareceu correta. Disse que fazia parte do mesmo grupo político da Senhora Vereadora e que não se revia nas palavras proferidas pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos e que os termos usados por este não dignificavam o órgão que representava. Finalmente, disse que, naturalmente, quer por questões de proximidade, quer por questões ideológicas, quer ainda por questões de confiança havia uma maior abertura para com os membros que lhe estão próximos politicamente. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que, mais uma vez, na resposta proferida pelo Senhor Presidente, se podia verificar o tom irónico e de “graçola” tantas vezes usado pelo Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz. Esta postura só poderá traduzir a forma como encara a oposição e o papel que a mesma desempenha. Salientou o facto do Senhor Presidente ter

afirmado que confiava mais nos membros do seu partido, do que nos membros da oposição. Ora, independentemente, da confiança ou da desconfiança que possa existir, certo é que o Senhor Presidente tem a obrigação de promover a cooperação e melhoria da relação institucional entre todos os membros do executivo. Continuando a sua intervenção e no que concerne às palavras dirigidas à Senhora Vereadora – Senhora que tinha sempre um ar de enfado e de má disposição quando a si se dirigia -, disse que mantinha tudo o que havia dito na sessão da assembleia de freguesia. Disse que não tinha chamado mentiroso a ninguém, apenas que estavam a ser omitidas informações que haviam sido prestadas pela Senhora Diretora Distrital da Segurança Social, e que, quando entendesse chamar de mentiroso/a a alguém, fá-lo-ia diretamente. Ainda a esse propósito, referiu que apenas tinha condenado ter sido anunciado, em período eleitoral, que estaria para muito breve a abertura de uma creche e de um centro de dia na Sapataria, situações que não vieram a concretizar-se. Por fim, disse que, assim como era capaz de aplaudir e felicitar o Senhor Presidente pelo que se faz bem feito, como aliás já aconteceu, também mostraria o seu desagrado sempre que não concordasse com as mais variadas situações. _____

O Senhor Presidente disse que tinha sido anunciado, para breve, a abertura de um centro de convívio para idosos e não de um centro de dia, como referido pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos. Continuando a sua intervenção e respondendo às palavras do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que era normal que tivesse mais confiança naqueles que eram seus parceiros e que consigo trabalhavam diariamente. Referiu que, tal como o Senhor Vereador se dizia capaz de aplaudir a Autarquia sempre que esta fosse merecedora desse facto, também fez votos de que, o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, se mostrasse cada vez mais merecedor da confiança de todo o executivo. Por fim, disse que, devido a questões familiares não tinha estado presente na sessão da Assembleia de Freguesia de Sapataria e por isso não poderá afirmar com toda certeza o que ali foi dito, mas de uma coisa tem a certeza, em momento algum poderia ter sido referida a abertura de um centro de dia. _____

A Senhora Vereadora Patrícia Vitorino disse que lhe cabia a si agradecer as lições de moral, bem como, a análise efetuada à sua postura, pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos. Neste sentido, referiu que a sua postura não traduzia, certamente, um ar de aborrecimento, mas a postura de alguém que ignorava as palavras do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos e às quais respondia com trabalho. No que concerne às palavras proferidas por si, aquando da campanha eleitoral, disse que tinha abordado a abertura de uma resposta social diferenciada, nomeadamente, um centro de convívio, projeto que iria contar com a colaboração

da Santa Casa da Misericórdia e da Junta de Freguesia de Sapataria. Por fim, disse que tinha anunciado a verdade, como sempre fez e como continuará a fazer. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que já conhecia muito bem a “cassete” da Senhora Vereadora Patrícia Vitorino. Disse que, no dia em que os projetos fossem uma realidade, a felicitaria pelo feito, contudo, até lá, não devia jogar com a ignorância dos sobralenses, quanto à forma como se concretizam determinados projetos e competências de diversos organismos, pois era um desrespeito para com a população. Por fim, disse que, por muito que lhe custasse, a Senhora Vereadora tinha de aceitar a sua opinião. _____

Salientou, mais uma vez, o tom irónico utilizado pelo Senhor Presidente, quando referiu que não tinha sido possível concluir a obra do gabinete em quinze dias, sendo uma situação que já devia estar resolvida há seis meses. _____

O Senhor Presidente disse que, se o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos quisesse ajudar a Autarquia, o fizesse auxiliando no processo da vinda de uma ambulância do INEM para o Concelho. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que daria sempre o seu apoio à Autarquia, mas que gostava de separar a vida autárquica da profissional. Ainda no que concerne às atividades da Autarquia e aos convites rececionados, disse que cabia aos Senhores Vereadores, decidir se participavam ou não, sendo no entanto obrigação do Senhor Presidente e dos serviços da autarquia procederem ao aviso e convocação de todos os membros do executivo. _____

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz disse que o período depois da Ordem do Dia era aberto à população, altura que, na sua opinião, não era destinado tanto para os comentários do executivo e do Senhor Vereador do PS, mas sim da população. Disse que a Assembleia de Freguesia era um órgão autárquico, um grupo de trabalho, que merecia todo o respeito e que não podiam contar consigo para intoxicar os trabalhos de uma Assembleia de Freguesia eleita legitimamente com comícios de propaganda barata. _____

O Senhor Presidente, na sequência das palavras do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que, nos atos da sua gestão, era ele quem decidia quem estava presente. No que diz respeito aos convites, disse que, desde que estes fossem dirigidos à vereação, daria conhecimento dos mesmos, caso contrário era porque o convite apenas era dirigido à sua pessoa, enquanto Presidente da Autarquia. _____

A Senhora Vereadora Patrícia Vitorino disse que a sua “cassete” tinha ficado “ferida” quando o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos chamou os sobralenses de ignorantes. Disse que ignorância foi o facto de o PS ter publicado num boletim político que foi o Ministério da

Educação e Ciência que construiu o Centro Escolar da Sapataria, quando foi a Autarquia que efetuou todo o procedimento. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que a Senhora Vereadora Patricia Vitorino tinha de moderar o feito, pois se não conseguia estar à altura de uma discussão, o melhor era não o fazer. Disse que gostaria que não fossem colocadas palavras na sua boca, pois não chamou os sobralenses de ignorantes, referiu apenas que não se devia jogar com a ignorância dos munícipes no que concerne ao conhecimento dos procedimentos burocráticos. Por fim, referiu, ainda, que para a construção do Centro Escolar da Sapataria, a Autarquia teve sempre de obter o aval do respetivo Ministério. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com três votos a favor da CDU, um voto contra do PS e uma abstenção da Coligação “Juntos pela Nossa Terra”, de acordo com o artigo décimo, número dois do Estatuto do Direito de Oposição e para os efeitos do disposto na alínea yy) do número um do artigo trigésimo terceiro da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, aprovar o relatório de avaliação relativo a dois mil e treze. _____

DOIS. PAGAMENTOS

O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência que lhe é conferida pela alínea h), do número um, do artigo trigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, tinha autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números **seiscentos e cinquenta e nove a oitocentos e sessenta** num valor total de **trezentos e vinte mil setecentos e oitenta e cinco euros e setenta e seis cêntimos**. _____

III

DIVERSOS

Seguidamente o Senhor Presidente prestou diversas informações de interesse municipal. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, no âmbito da reunião realizada sobre a vinda da ambulância do INEM para o Concelho, onde esteve presente a Senhora Vereadora Patrícia Vitorino, solicitou um ponto de situação. _____

A Senhora Vereadora Patrícia Vitorino disse que a informação prestada na ocasião tinha sido muito reduzida, apenas que as circunstâncias se tinham alterado e que brevemente se realizaria uma nova reunião. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos perguntou se não tinham sido prestadas mais informações, pois pelos esclarecimentos prestados parecia que a Senhora Vereadora Patrícia Vitorino tinha ido a Lisboa fazer um pouco de turismo. _____

A Senhora Vereadora Patrícia Vitorino disse que não iria prestar quaisquer outras informações,

pois as intervenções proferidas não estavam a ser dignas do espaço nobre em que se encontravam. Referiu que, a partir daquele momento, apenas se iria dirigir à pessoa do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, quando assim tivesse mesmo de ser. _____

O Senhor Presidente disse que tinha de haver dignidade e respeito nas intervenções proferidas. Referiu que naturalmente cada um tinha a sua forma de se pronunciar, mas que tinha de haver consideração pelos restantes membros. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos disse que o debate político, por vezes, se tornava um pouco acalorado, referindo que, se se tinha excedido, não tinha sido com intenção de atingir ninguém pois todos mereciam o respeito. _____

No que concerne à ambulância do INEM para o Concelho, disse que podia prestar alguns esclarecimentos salientando que, aquando da realização da reunião, tinha feito questão de ir cumprimentar a Senhora Vereadora Patrícia Vitorino. Continuando a sua intervenção, informou que em sessenta e nove Municípios não se verificava a existência de um Posto de Emergência Médica do INEM, sendo que até dois mil e quinze, era objetivo dotar todos os concelhos do país do referido Posto. Neste sentido, disse que tinha surgido a necessidade de criar um critério para atribuição das referidas ambulâncias, tendo ficado estabelecido o número de saídas registadas pela Associação de Bombeiros de cada Concelho, como o critério a adotar. Mesmo reconhecendo que este critério possa não ser o mais correto, é o possível, sendo transparente, uma vez que se aplica a todos os concelhos de forma igual. Referiu que tinha sido anunciado, pelo Ministério da Saúde que, no ano de dois mil e catorze, seriam contemplados catorze Municípios, entre os quais o de Sobral de Monte Agraço. Disse que o Instituto Nacional de Emergência Médica também não recebia qualquer participação do Estado e que estava a sofrer um conjunto de limitações financeiras à semelhança da restante função pública, além de que a aquisição de novas ambulâncias é feita centralmente pela ESPAP e não diretamente pelo Instituto, o que motivou um atraso na aquisição das setenta e cinco ambulâncias equacionadas. Ainda no âmbito desta temática, disse que tinha havido a necessidade de repor alguns dos veículos já existentes que se encontravam danificados ou que sofreram acidentes, bem como apetrechar as viaturas de todo o equipamento necessário ao socorro das vítimas, pelo que os veículos iriam começar, se tudo correr conforme o previsto, a ser entregues pelo fornecedor a partir do mês de setembro. _____

O Senhor Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos fazendo votos de que o veículo que caiba ao Concelho não tenha sido alvo de grandes reparações ou que não seja já muito antigo. Disse que atrasos e constrangimentos burocráticos aconteciam por todo lado, assim como acontecia no Concelho, pelo que pediu um pouco mais de compreensão, por parte do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, quando

a Autarquia refere dificuldades em cumprir alguns procedimentos. _____

O Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz, pedindo a palavra, disse que entregar moções sobre o quadragésimo aniversário do 25 de Abril não era suficiente, havia que cumprir os seus ideais. Disse que não tinha gostado nada do ambiente vivido na presente reunião de Câmara e, em nome do executivo, pedia desculpa ao Senhor Batista, que se encontrava no público pelo sucedido, um homem do Concelho que foi um dos sindicalistas da liberdade, enfim, um profundo homem de Abril, referindo: *"Batista, desculpa, a minha geração parece que 40 anos depois ainda não sabe viver Abril."* Como forma de protesto recusou-se a intervir mais na reunião até ao seu final. _____

O Senhor Presidente informou que tinha estado presente nas comemorações do nonagésimo oitavo aniversário do Monte Agraço Futebol Clube, que teve lugar no passado dia dezoito de abril, tendo em nome da Autarquia felicitado o referido Clube pelo trabalho desenvolvido. Salientou que era uma entidade de grande importância para o Concelho, que movimentava e mobilizava cerca de trezentos e oitenta atletas, pelo que reiterou o agradecimento dirigido à direção daquele Clube e aos voluntários que muitas vezes ali prestam um trabalho social. _____

O Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos perguntou se o Relatório de Avaliação de dois mil e treze do Estatuto do Direito de Oposição, iria ser votado em sede de Assembleia Municipal, tendo sido esclarecido que do documento seria apenas dado conhecimento, não seria votado naquela sede. _____

De seguida solicitou a disponibilização, por parte da Autarquia, da informação que a seguir se transcreve: _____

"Disponibilização de informação"

Pedro Coelhos dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, eleito pelo Partido Socialista, ao abrigo do direito à informação previsto no Estatuto da Oposição, vem solicitar a seguinte documentação e informação: _____

1. *Cópia do contrato entre o Estado português e o Município de Sobral de Monte Agraço, assinado no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que teve por objetivo a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias; _____*
2. *Listagem das dívidas do Município de Sobral de Monte Agraço vencidas há mais de 90 dias, à data de 21 de abril de 2014; _____*
3. *Listagem dos ajustes diretos, para aquisição serviços, contratos de empreitada de obras, e locação ou aquisição de bens moveis, realizados pelo Município de Sobral de Monte Agraço durante o ano de 2013 e 1.º Trimestre de 2014; _____*
4. *Listagem de todas as viaturas propriedade do Município de Sobral de Monte Agraço, com discriminação da sua categoria, serviço a que estão afetas e ainda*

- funcionário/colaborador/eleito local a que estão atribuídas para uso em serviço ou uso pessoal; _____
5. Listagem dos quilómetros percorridos pelas viaturas referidas no ponto anterior, durante o ano de 2013 e 1.º Trimestre de 2014; _____
 6. Listagem dos montantes pagos em portagens e estacionamento das viaturas referidas no ponto 4, durante o ano de 2013 e 1.º Trimestre de 2014; _____
 7. Listagem dos cartões de telemóvel em nome do Município de Sobral de Monte Agraço, com discriminação do serviço a que estão afetos e ainda do funcionário/colaborador/eleito local a que estão atribuídos; _____
 8. Listagem dos montantes, discriminados por mês, pagos por cada um dos cartões de telemóvel referidos no ponto anterior, durante o ano de 2013 e 1.º Trimestre de 2014; _____
 9. Listagem nominal de volume de horas extraordinárias e montantes relativos à respetiva liquidação, realizadas por funcionários do Município de Sobral de Monte Agraço, durante o ano de 2013 e 1.º Trimestre de 2014; _____
 10. Cópia das reclamações apresentadas no Livro de Reclamações existentes nos serviços do Município de Sobral de Monte Agraço; _____
 11. Listagem dos Editais, e respetivos assuntos, emitidos entre outubro de 2013 e 21 de abril de 2014; _____
 12. Listagem das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, entre outubro de 2013 e 21 de abril de 2014; _____
 13. Listagem dos pedidos de informação, e respetivos assuntos, solicitados pelos Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho de Sobral de Monte Agraço ao Município de Sobral de Monte Agraço; _____
 14. Listagem de Auditorias, Ações Inspetivas e de Fiscalização, realizadas por entidades da administração central ao Município de Sobral de Monte Agraço, ou outras. _____
- Mais solicito que esta informação e documentação seja prestada no prazo previsto no Código do Procedimento Administrativo (10 dias úteis). _____
- Por fim, agradeço que a informação e documentação seja prestada em suporte informático. _____
- Sobral de Monte Agraço, 21 de abril de 2014.** _____

Pedro Coelho dos Santos _____

Vereador da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço eleito pelo Partido Socialista” _____

O Senhor Presidente, face à solicitação do Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos, disse que o documento apresentado revelava a confiança que o mesmo tinha no executivo. Disse que as respostas a algumas das questões formuladas eram rápidas, mas que outras, careciam de algum tempo, pelo que os dez dias úteis não eram suficientes para responder

atempadamente a todos os pedidos. Neste sentido, disse que o Senhor Vereador Pedro Coelho dos Santos podia tomar as diligências que entendesse, mas que, face ao número de questões e aos recursos humanos disponíveis, não era possível cumprir o tempo estipulado, pelo que a Autarquia iria responder assim que fosse possível. _____

Referiu que a presente reunião de câmara tinha sido um pouco fora do normal, mas que a política tinha destas situações. Agradeceu as palavras do Senhor Vereador Joaquim Biancard Cruz ao Senhor Batista. Agradeceu, ainda, a presença dos técnicos que elaboraram os documentos previsionais. Por fim, desejou, a todas os presentes, umas boas comemorações do quadragésimo aniversário do 25 de Abril. _____

IV

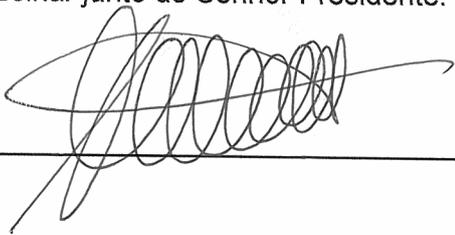
ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Ninguém desejou intervir. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número um, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião quando eram vinte horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata e eu Raquel Conceição da Silva Pinheiro Leite redigi e vou assinar junto do Senhor Presidente. _____

O Presidente da Câmara: _____


O Secretário: _____
